

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA GLOBAL

ALEXANDRE FIORI DE ALMEIDA MARTINS COSTA

**QUENTIN SKINNER E A INTERPRETAÇÃO DO PENSAMENTO POLÍTICO
DE THOMAS HOBBS: UMA ANÁLISE DA TEORIA E DA PRÁTICA DO
CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO**

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FLORIANÓPOLIS
2021

1. O CONTEXTUALISMO LINGUÍSTICO

Trata-se de um consenso na bibliografia especializada sobre a Escola de Cambridge o papel de destaque ocupado por Pocock e Skinner no que diz respeito ao desenvolvimento teórico do contextualismo linguístico. Ainda que o segundo autor figure como protagonista nesta bibliografia em função de um esforço mais notável de sistematização da metodologia e de uma produção mais vasta de textos na área (FERES JÚNIOR, 2005, p. 656; LAMB, 2009, p. 52; SILVA, 2010, p. 300), diversos autores colocam Pocock e Skinner em pé de igualdade neste quesito (BEVIR, 1992; KING, 1995, p. 209; RICHTER, 1990, p. 49).

A despeito de ser a Escola de Cambridge usualmente identificada com Laslett, Pocock, Skinner e Dunn, a importância do primeiro reside principalmente no seu papel de orientador, de um pioneiro que lançou as bases do que viria a ser a metodologia construída pelos jovens estudantes da Universidade de Cambridge. Paralelamente, a relevância de Dunn para o desenvolvimento do contextualismo linguístico é de caráter mais pontual, restringindo-se basicamente a sua intervenção inicial no debate com a publicação de “The Identity of the History of Ideas” em 1968. Como bem disse Pocock, “Dunn desapareceu bem no início da história” (POCOCK, 2019, p. 112).

Além disso, a própria noção de uma Escola de Cambridge tem sido problematizada mais recentemente. Quando do primeiro registro da expressão no ensaio de Charles D. Tarlton (1973, p. 307), designava-se por ela uma profunda transformação nos estudos históricos do pensamento político por meio de uma abordagem distinta para o problema da história intelectual, levada a cabo por autores que conheciam o trabalho uns dos outros e apresentavam grandes similaridades, visão que em grande medida se mantém nos dias de hoje. Todavia, autores como Samuel James apontam para possíveis inconsistências na ideia de que estes três historiadores constituem uma “escola”. Referindo-se especificamente à trajetória de Pocock, James argumenta que desde o final de sua formação até a publicação de “The History of Political Thought: A Methodological Enquiry” (1962) – texto normalmente considerado como fundador da Escola de Cambridge – os referenciais teóricos do historiador neozelandês se situavam em outros

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

lugares que não a filosofia da linguagem ou os trabalhos editoriais de Peter Laslett, como foi no caso de Skinner e Dunn. Desta forma, James descredita a tese, lançada pelo próprio Pocock, de que a construção da Escola de Cambridge se deu numa sequência “Laslett-Pocock-Skinner-Dunn” no decorrer da década de 1960, culminando na publicação de *Meaning and Understanding* por Skinner em 1969, texto que consolida finalmente esta construção.

Em resposta a James, Pocock reconhece a falha em reconhecer que os seus primeiros trabalhos deviam muito mais a Herbert Butterfield do que a Peter Laslett (POCOCK, 2019, p. 99). Todavia, o autor não abre mão de sua participação no desenvolvimento da Escola, afirmando que a história da uma sequência Laslett-Pocock-Skinner poderia sim ser escrita, ainda que deslocando o recorte temporal para a década de 1970, época em que o autor, juntamente com Skinner, se aprofundou na obra de Maquiavel. A publicação de *The Machiavellian Moment*, em 1975, considerada por muitos como a sua *magnum opus*, poderia então ser vista como uma típica obra da Escola de Cambridge, na qual a contextualização laslettiana protagoniza em relação à perspectiva mais historiográfica herdada de Butterfield (POCOCK, 2019, p. 103).

Seja como for, a crítica de James reforça o ponto de que há dois modelos principais do contextualismo linguístico, um deles inicialmente focado na história da historiografia e, posteriormente, na história do pensamento político, representado por Pocock, cujas reivindicações teóricas apontavam para uma crítica da historiografia *whig*; e o outro, composto por Skinner e, pontualmente, por Dunn, interessado na história das ideias a partir de uma perspectiva filosófica mais acentuada (JAMES, 2019, p. 15-16). Apesar das singularidades de cada abordagem, vale notar que existe uma afinidade linguística importante entre Pocock e Skinner, que se dá no vocabulário e nos conceitos empregados para o desenvolvimento das metodologias. Neste capítulo, iniciaremos com uma apresentação das linhas gerais do sistema teórico de Pocock a fim de introduzir, de forma comparativa, o contextualismo linguístico de Skinner. Feito isso, a exposição das concepções metodológicas de Skinner inicia por uma leitura de seus textos seminais da década de 1960 para, então, encaminhar-nos para uma análise mais detida do seu desenvolvimento da teoria dos atos de fala na década de 1970.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

1.1. O modelo de Pocock

John Greville Agard Pocock nasceu em Londres em 1924 e se mudou apenas três anos mais tarde para a Nova Zelândia, onde realizou o bacharelado e mestrado em História, retornando para a Inglaterra no período de seu doutorado (1948-1951), concluído na *Emmanuel College* da Universidade de Cambridge em 1952 sob a orientação de Herbert Butterfield. Após um período lecionando da Universidade de Otago em Dunedin, na Nova Zelândia, Pocock retornou a Cambridge para um período de dois anos como pesquisador na *St. Johns College*. Em 1966, mudou-se para os Estados Unidos, onde permanece até hoje, tendo construído uma longa carreira de professor e pesquisador nas áreas de história do pensamento político e história da historiografia, primeiro na Universidade Washington em *St. Louis*, no Missouri, e posteriormente na Universidade Johns Hopkins, na qual assumiu o cargo em 1975 e mantém-se desde 2011 como professor emérito de História.

Ao olharmos para a formação acadêmica de Pocock, fica mais claro o ceticismo de James citado anteriormente, tendo em vista a passagem breve do primeiro autor pela instituição britânica. De fato, as principais pesquisas realizadas por Pocock foram feitas fora da Inglaterra, majoritariamente nos Estados Unidos. Por quê, então, considera-lo um integrante da Escola de Cambridge? Pois, independentemente de ser um requisito possuir a formação e a carreira construídas na Universidade de Cambridge, o que realmente importa são os vínculos estabelecidos entre os autores que compõem a Escola, vínculos que acompanham um compartilhamento de interesses intelectuais e o estabelecimento de diálogos constantes. Uma simples alteração do nome para “Escola Contextualista” já resolveria a questão do pertencimento de Pocock a Cambridge. Não porque a abordagem contextualista já fosse utilizada desde os primeiros trabalhos de Pocock (quanto a isso ele mesmo está de acordo), mas porque o autor foi ao encontro do grupo de indivíduos, a maioria deles formado na Universidade de Cambridge, que estavam realizando pesquisas em história do pensamento político moderno ao mesmo tempo em que desenvolviam uma metodologia própria para coloca-las em prática. Resolvida esta polêmica, podemos passar agora para a contribuição de Pocock ao contextualismo linguístico no nível da teoria da história.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O primeiro ponto a ser ressaltado em relação à participação de Pocock na Escola de Cambridge é a sua concepção sobre o campo de estudos da história do pensamento político. No decorrer da década de 1980, período de publicação dos seus textos teóricos mais relevantes, Pocock afirmou em mais de uma oportunidade que as transformações sofridas pelo referido campo desde o início da década de 1960 poderiam ser resumidas como uma mudança de ênfase, a saber, um abandono da noção de *história do pensamento* ou *história das ideias* em prol de algo consideravelmente distinto, a *história do discurso* (POCOCK, 2013, p. 24). Esta nova nomenclatura condensava diversas premissas defendidas por Pocock acerca do ofício do historiador e da demarcação de seu objeto de estudo.

A ideia de uma *história do discurso político* para Pocock apontava, em primeiro lugar, para aquilo que é comum a todos os contextualistas linguísticos: a ênfase na linguagem herdada de Wittgenstein e, de forma mais específica, da corrente pragmática da filosofia analítica inglesa. Mas aponta também para o ponto no qual autores como Pocock e Skinner divergem, que diz respeito precisamente à semântica do texto, isto é, sobre quais elementos do texto são os mais úteis ou adequados para lhe extrair um significado razoável, seguro ou confiável. Enquanto a abordagem de Skinner, como veremos adiante, está centrada na intenção autoral como fonte de significado para o texto, a ênfase de Pocock recai sobre as convenções de linguagem, as formas discursivas, as estruturas nas quais um determinado texto se constrói. É nesse sentido que se pode entender a noção de *história do discurso*.

Com base em tais características, Mark Bevir denominou a abordagem de Pocock como um contextualismo linguístico *rígido*, em contraste com a postura mais *maleável*¹ de Skinner, em seu conhecido artigo intitulado “The errors of linguistic contextualism” (1992). Se ambos os autores concordam que o estudo do contexto linguístico é um passo necessário para o estabelecimento do significado de qualquer texto político, a operação metodológica de Pocock se restringe a uma análise das convenções linguísticas e de como os atores sociais se apropriam destas convenções na elaboração de seus atos de fala, e por isso a “rigidez”, ao passo que Skinner pretende ir além, arriscando se aproximar de uma compreensão sobre a intenção do autor ao executar o ato de fala (BEVIR, 1992, p. 277).

¹ No original em inglês, a distinção de Bevir é entre os contextualismos linguísticos *hard* e *soft*.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Não significa, todavia, que Pocock rejeite completamente a busca pela intenção autoral em seu procedimento metodológico. Trata-se essencialmente de uma diferença de ênfase. Como o próprio autor afirmou, o foco das atenções da história do discurso “se deslocou em certa medida do conceito de intenção rumo ao conceito de efetuação” (POCOCK, 2013, p. 28), o que não significa dizer que a noção de intenção foi inteiramente abandonada, mas que a pergunta sobre “o que um autor estava fazendo” ao escrever um texto pode conceber inúmeras respostas plausíveis, inclusive a resposta de que um autor não sabia o que estava fazendo, ou que soube apenas após tê-lo feito, o que implicaria na “possibilidade de uma lacuna entre intenção e efeito, ou entre a consciência do efeito e o efeito propriamente dito” (POCOCK, 2013, p. 29). Desta forma, entende-se que a pergunta sobre a efetuação de um discurso ou ato de fala é mais provável de obter uma resposta segura do que aquela que indaga sobre a intenção do autor.

Quando Pocock fala em efetuação do discurso, todavia, é importante ressaltar que o foco principal não está no conteúdo do discurso propriamente dito, mas nas estruturas de linguagem que dão forma a esse discurso e que aludem para o contexto linguístico da época. Segundo o autor:

Desejamos estudar as linguagens em que as enunciações foram efetuadas, e não tanto as próprias enunciações que nelas foram efetuadas. [...] Nós esperamos encontrar uma linguagem como contexto, não como texto. [...] Quando falamos em linguagens (*languages*), portanto, queremos significar sobretudo sublinguagens: idiomas, retóricas, maneiras de falar sobre política, jogos de linguagem distinguíveis, cada qual podendo ter seu vocabulário, regras, precondições, implicações, tom e estilo (POCOCK, 2013, p. 65).

Exemplos destas estruturas linguísticas são, para o campo da história do discurso político, a escolástica medieval, a exegese bíblica, o republicanismo clássico, o direito consuetudinário, o direito civil, entre outros (POCOCK, 2013, p. 67-68). Um historiador como Pocock lê um texto político em busca de tais estruturas, podendo identificar uma ou mais delas simultaneamente num dado texto, ou até mesmo perceber que está diante de algo inédito, de uma convenção de linguagem nunca percebida antes.

Sendo assim, o contextualismo linguístico de Pocock trabalha com a premissa da capacidade do historiador em realizar aquilo que o autor denominou a *reinstitucionalização da linguagem*, um processo que visa a demonstração de que certos modos de discurso aparentemente idiossincráticos já eram ou se tornaram “linguagens disponíveis” para um grupo de atores inseridos no universo do debate político (POCOCK,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

2013, p. 72). O processo de reinstitucionalização da linguagem requer, para o historiador, uma atenção especial para aspectos tais como o estilo, o tom, a retórica, etc., e não tanto para o conteúdo proposicional das enunciações. Para Pocock, são estes os aspectos que caracterizam a linguagem enquanto *contexto*, e não como *texto*. Entendida a linguagem desta maneira, conclui-se que realizar uma pesquisa orientada por este contextualismo linguístico significa, num primeiro momento, estudar a criação e difusão de uma linguagem, para então relatar a história das alterações por ela sofridas quando apropriada por diferentes sujeitos dentro do universo do debate político.

De acordo com Pocock, o procedimento básico de uma pesquisa com base no contextualismo linguístico é a atenção para as interações entre *langue* e *parole*, entre *língua* e *fala*. Enquanto Austin é a referência central de Skinner para a filosofia da linguagem, Pocock apoia a sua teoria numa analogia com a linguística saussuriana (ARAÚJO, 2013, p. 10). Desta forma, entende-se que a interpretação de um discurso político do passado deva iniciar pelo estabelecimento de uma *langue*, isto é, o conjunto de convenções de linguagem que constitui um contexto linguístico, para então avaliar a *parole*, ou seja, a apropriação da *langue* num ato de fala realizado por um determinado pensador ou grupo de pensadores como forma de agir dentro do discurso político de seu tempo. Nas palavras do autor, “a linguagem determina o que nela pode ser dito, mas ela pode ser modificada pelo que nela é dito. Existe uma história que se forma nas interações entre *parole* e *langue*” (POCOCK, 2013, p. 64). É justamente essa história que um historiador do discurso político busca desvelar.

A busca pelas convenções de linguagem traz à tona uma analogia entre a história e a arqueologia. “O historiador é, em larga medida, um arqueólogo. Ele está comprometido com a descoberta da presença dos vários contextos linguísticos nos quais o discurso foi realizado em determinados momentos” (POCOCK, 2013, p. 67). Os contextos linguísticos se estratificam dentro de um determinado texto político, cabendo ao historiador escavar e identificar os diferentes níveis de linguagem utilizados para a sua constituição. No entanto, não se trata de um processo fácil e não existe uma fórmula padrão para a identificação correta de um tal nível. Um contexto linguístico é sempre muito complexo, dado que a sua origem pode remeter a situações históricas bastante distintas. Como bem afirmou o autor:

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

As camadas de contextos linguísticos que o nosso historiador-arqueólogo traz à tona são, portanto, de caráter muito heterogêneo. Algumas são linguagens da prática profissional, que, por alguma razão, entraram na linguagem da política e se tornaram idiomas nos quais o discurso é comumente realizado. Outras são idiomas, modos ou estilos retóricos, que podem ser mais bem compreendidos como algo que se originou no interior do discurso e da retórica da política, como resultado de lances ou *performances* operadas pelos autores e atores no âmbito da política (POCOCK, 2013, p. 70, grifo do autor).

Existem, portanto, convenções de linguagem intrínsecas e extrínsecas aos discursos políticos. As convenções extrínsecas se referem às linguagens institucionais, que surgem na prática profissional e, com o tempo, se impõem no universo da política, como no caso dos clérigos e dos juristas que em tão grande medida desenvolveram certos discursos políticos na história (POCOCK, 2013, p. 68). Já as convenções intrínsecas são aquelas que nascem no interior do debate político, sendo assim consideradas *lances* ou *performances* efetuadas pelos atores envolvidos no debate com o intuito de arriscar uma inovação linguística, isto é, de realizar uma manobra tática para sustentar um dado argumento ou legitimar uma determinada ação (POCOCK, 2013, p. 39). Os lances ou *performances* são atos de fala que interessam particularmente ao historiador do discurso, visto que neles é possível identificar novas linguagens políticas. “O historiador precisa [...] de meios para compreender como um ato de fala é efetuado num determinado contexto linguístico e, em particular, como atua e inova sobre ele” (POCOCK, 2013, p. 39).

Quando Pocock fala em *performance*, note-se que o autor se refere à *performance* do texto, isto é, “sua *performance* como *parole* em um contexto de *langue*” (POCOCK, 2013, p. 38, grifos do autor). Por meio do texto um autor efetua a sua *performance*, utilizando-se dos artifícios disponibilizados pelo contexto linguístico e, porventura, criando novos artifícios. Nesse sentido, a teoria de Pocock compreende o texto como “a efetuação tanto de uma articulação da consciência do autor quanto de um ato de comunicação em um *continuum* discursivo que envolve outros atores” (POCOCK, 2013, p. 54, grifo do autor). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a *performance* é um acontecimento histórico sincrônico, efetuada dentro de um contexto específico e possuindo um significado ou intenção originais, é também um acontecimento diacrônico, um momento na história mais ampla do discurso ou linguagem utilizada para efetuar a *performance*. Por este motivo, o historiador precisa sempre ir além do texto isolado,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

construindo aquela história com base num apanhado geral de diversas performances efetuadas na média e na longa duração. Ele precisa se movimentar “entre uma exploração da estrutura do texto como um artefato de existência sincrônica e uma exploração de sua ocorrência e *performance* como um incidente em um *continuum* diacrônico de discurso” (POCOCK, 2013, p. 55, grifos do autor).

Com base nisso, concordamos com a afirmação de David Boucher, segundo a qual o aspecto distintivo da abordagem de Pocock é o foco nos *paradigmas* de linguagem, em detrimento dos textos tomados individualmente (BOUCHER, 1985, p. 151). Não significa dizer, é claro, que os textos isolados não possuem relevância, mas que são de importância secundária para o historiador do discurso político. Pesquisadores como Pocock buscam nos textos individuais aqueles aspectos que lhes permitem ilustrar o paradigma de linguagem que estava sendo utilizado, visando demonstrar a recorrência do paradigma em diferentes tempos e espaços, isso porque é a utilização do paradigma (bem como a intervenção sobre ele) que confere significado ao texto.

Com estas considerações gerais sobre o contextualismo linguístico de Pocock, percebe-se que não se trata de um método simples de pôr em prática. Para além de uma leitura atenta e minuciosa de algumas obras em particular, faz-se necessária ainda uma leitura extensiva de diversos textos da literatura que compõe o contexto linguístico, isto é, as diversas *paroles* que dão forma à *langue* e que intervém sobre ela. Trata-se de um processo de familiarização com os artifícios linguísticos mais característicos do modo discursivo que se está estudando, de forma que seja possível identificar quando um ou outro ato de fala se adequa ou se desvia do paradigma discursivo. Sem essa familiarização, não seria possível afirmar se um ato de fala representa uma inovação no discurso político ou a manutenção de uma técnica normalmente utilizada pelos diversos atores inseridos no contexto, embora seja plausível afirmar que este processo de familiarização nunca se completa, tendo em vista que a leitura total dos textos de um contexto político tão amplo quanto “direito consuetudinário” ou “republicanismo clássico” é virtualmente impossível e sempre deixa alguma margem para equívocos que podem vir a ser revisados mediante novas interpretações e novas evidências documentais.

Ao leitor acostumado com uma prática de pesquisa pautada no escrutínio de um texto específico ou do conjunto dos textos de um autor em particular, a teoria do

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

significado sustentada pelo contextualismo linguístico pode parecer um tanto restritiva em alguns casos. Este mesmo leitor poderia estar se perguntando: o estudo do contexto linguístico, dos paradigmas e das convenções de linguagem, seria mesmo uma condição necessária para extrair o significado de qualquer texto? Estaria a abordagem textualista definitivamente ultrapassa na historiografia?

Retomando aqui as considerações de Mark Bevir, contextualistas rígidos como Pocock buscaram sustentar a primazia do contexto linguístico com base numa certa interpretação da chamada *semântica holística*, uma perspectiva focada no conjunto de sentenças que forma uma teoria científica e segundo a qual a análise das condições de verdade para uma determinada proposição desta teoria estariam invariavelmente atreladas às experiências particulares nas quais a proposição foi enunciada, de forma que o seu significado semântico é dado justamente por estas experiências (BEVIR, 1992, p. 285). A semântica holística argumenta que não é possível especificar as condições de verdade para uma sentença isolada, pois as experiências que poderiam ser consideradas como reveladoras destas condições sempre dependem das perspectivas teóricas mais amplas do pesquisador. Sendo assim, como colocou Bevir, os holistas semânticos em geral concluem que sentenças isoladas não possuem significado, pois os significados semânticos dependem de um contexto teórico (BEVIR, 1992, p. 286).

Os contextualistas rígidos, por sua vez, incorporaram de forma adaptada o argumento da semântica holística na teoria da história, rejeitando a interpretação isolada de uma proposição em específico e afirmando que o significado de um texto deriva do paradigma que constitui o contexto linguístico no qual o texto estava inserido, isso porque o significado semântico depende das experiências localizadas num determinado tempo e espaço. A contraparte trazida por Bevir, por outro lado, sustenta que esta premissa não deve implicar necessariamente na impossibilidade de se extrair significado de uma dada sentença, mesmo que isolada do seu contexto de enunciação. Nas palavras do autor,

Meu ponto é o seguinte: aceitar que, se tirarmos uma frase de todos os contextos de uso específicos, o estado de coisas descrito por essa frase dependerá de um contexto teórico, não significa que não podemos saber quais pensamentos um enunciado expressa a menos que localizemos esse enunciado em seu contexto linguístico (BEVIR, 1992, p. 286, tradução minha).²

² No original: “My point is the following: to accept that if we take a sentence out of all particular use-contexts, then the state of affairs described by that sentence will depend on a theoretical context, is not

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Consideremos, a título de exemplo, uma sentença tão familiar aos historiadores quanto a máxima de Marc Bloch, a definição da história como “a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2002, p. 55). Do ponto de vista da semântica holística, seria válido afirmar que esta sentença, isoladamente considerada, não possui significado, tendo em vista que expressões como “ciência” ou “tempo” podem se desdobrar em questões teóricas bastante discutíveis e invariavelmente atreladas ao contexto de enunciação. Ora, dificilmente alguém negaria a relevância de um certo entendimento sobre o que estava em jogo quando se utilizavam tais expressões à época de Bloch. Todavia, a existência de um paradigma linguístico contemporâneo ao historiador francês sob o qual fazem sentido estas expressões dificilmente é o foco de um pesquisador empenhado em compreender esta máxima. A fim de destrinchar o que Bloch quis dizer com uma tal definição para a história, uma leitura atenta ao conjunto dos capítulos de sua famosa obra póstuma é consideravelmente mais relevante do que a adequação do seu discurso a uma determinada convenção de linguagem em vigência na década de 1940.

Em suma, a crítica de Bevir ao contextualismo linguístico de Pocock serve para demonstrar que a ambição teórica desta metodologia – neste caso, a afirmação do contexto linguístico como um elemento indispensável para a compreensão adequada do significado de qualquer texto – encontra alguns obstáculos. O objetivo deste primeiro subcapítulo foi apresentar as linhas gerais das ideias metodológicas de Pocock como forma de introduzir, comparativamente, o modelo de Skinner. Sendo assim, não nos aprofundaremos nas críticas ao historiador neozelandês da mesma forma como faremos, mais adiante, com o segundo autor. No entanto, cabe aqui afirmar, concluindo esta apresentação, que uma possível limitação da proposta metodológica de Pocock é a falta de um critério para a distinção, dentro dos discursos políticos, entre os segmentos do texto que dependem de uma compreensão do contexto linguístico para a interpretação do seu significado, e aqueles que dispensam esta mesma compreensão, ou seja, que permitem uma análise semântica de forma autônoma ou restrita ao texto em si. Um critério deste tipo permitiria ao historiador identificar quando a abordagem contextualista se faz necessária, e também quando se faz contingente, sem cair na velha retórica da

to imply that we cannot know what thoughts an utterance expresses unless we locate that utterance in its linguistic context.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

obrigatoriedade de um ou outro método específico para a interpretação de um campo de estudos tão vasto e dinâmico quanto o da história do pensamento político.

1.2. As fundações do contextualismo linguístico de Skinner

Resumir o modelo de Skinner para a história do pensamento político pode ser uma tarefa complicada por diferentes motivos. Em primeiro lugar, porque o autor se dedicou a construir um projeto metodológico ao longo de décadas, buscando resolver os problemas teóricos envolvidos nessa construção por meio de uma série de artigos publicados entre os anos 1960 e 1970. Neste período, as críticas iniciais ao contextualismo linguístico de Skinner, elaboradas pela comunidade acadêmica, iam sendo respondidas pontualmente pelo autor, que almejava efetivar progressivos avanços neste difícil trabalho de combinar questões da filosofia da linguagem com a teoria da história. O segundo motivo, relacionado ao primeiro, é a própria complexidade de entender como estas mesmas questões teóricas poderiam ou deveriam ser colocadas em prática na pesquisa empírica.

Nesse sentido, a publicação de *As Fundações do Pensamento Político Moderno*, em 1978, marca um divisor de águas na carreira de Skinner. Esta obra simboliza o desejo do autor em extrapolar o debate puramente teórico, demonstrando como a sua metodologia poderia ser aplicada, não em um ensaio de proporções limitadas, mas num projeto ambicioso, uma obra de peso que, ao longo de mais de seiscentas páginas, dissertava sobre autores e conceitos clássicos da teoria política moderna. A partir daí, uma crítica à metodologia de Skinner não poderia mais se limitar aos seus primeiros artigos, correndo o risco de ignorar todas as problemáticas que a aplicação do método trazia. Certamente, apreciar de forma mais sólida o projeto intelectual de Skinner se tornou muito mais trabalhoso após a publicação de *As Fundações*, o que não significa, todavia, que o assunto estivesse em vias de se encerrar.

Se o objetivo principal do presente capítulo é oferecer um apanhado geral dos escritos metodológicos de Skinner, neste subcapítulo nos limitaremos aos artigos inaugurais, os textos de juventude da década de 1960, que deram início ao projeto intelectual do autor e lhe tornaram conhecido no meio acadêmico. São eles os textos que constituem as fundações do contextualismo linguístico de Skinner: “The limits of

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

historical explanations” (1966) e “Meaning and understanding in the history of ideas” (1969).

O artigo de 1966 foi a primeira publicação de Skinner de caráter teórico, tratando daquele que pode ser considerado o assunto central da filosofia da história no período pós-guerra, o problema da explicação histórica. Desde a publicação de "The function of general laws in history" em 1942 por Carl G. Hempel, qualquer historiador ou filósofo da história que pretendesse intervir neste campo de estudos estava invariavelmente comprometido com uma avaliação acerca dos artifícios explicativos das narrativas históricas, ou, em outras palavras, com os procedimentos segundo os quais se estabeleciam causalidades entre eventos e indivíduos do passado. E para Skinner não foi diferente. A proposta metodológica que viria a ser inaugurada pelo autor em 1969 tinha como pré-requisito uma exposição acerca do estado da arte no tocante ao tópico da explicação histórica.

The limits não é um texto que propõe um possível avanço em um ou outro argumento do debate, tampouco expressa uma tomada de posição do autor entre os grupos que compunham esta querela metodológica, mas um texto essencialmente crítico, uma intervenção que ressalta a inconsistência das presentes formulações de que dispunham os historiadores na década de 1960. De acordo com Skinner, a proposta teórica do positivismo lógico para a explicação histórica, iniciada por Hempel, era tão inadequada quanto as respostas oferecidas pelos seus opositores, de tal forma que uma síntese ou alternativa a ambos os lados do debate se fazia ainda necessária. Nas palavras do autor, “tanto a polaridade tradicional quanto a tendência recente nesse debate tendem a ser enganosas” (SKINNER, 1966, p. 199, tradução minha), isto porque o modelo positivista defendeu um esquema demasiado rígido para a explicação histórica, ao passo que as alternativas dos seus adversários se dirigiram para o extremo oposto.

Havia, portanto, um contexto que exigia um novo caminho teórico, uma saída paralela às formulações insuficientes que a bibliografia da década de 1960 dispunha. A necessidade do momento, segundo Skinner, era o estabelecimento de algum tipo de *teste*, cujos critérios pudessem servir de base para avaliar as explicações históricas em termos de plausibilidade e completude (SKINNER, 1966, p. 202).

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O artigo não se alonga numa crítica ao positivismo, concentrando a maior parte do texto numa argumentação sobre os motivos da fragilidade das propostas elaboradas pelos críticos, que Skinner agrupa sob a nomenclatura de *filósofos reacionários da história* (SKINNER, 1966, p. 201). De forma geral, o autor atribui a este grupo um ponto importante tido hoje como consenso na historiografia, a saber, a noção de que a causalidade histórica, operada pela narrativa do historiador, possui um estatuto muito mais maleável do que as ciências naturais do ponto de vista lógico. A imposição de uma relação de causalidade entre eventos ou ideias do passado possui uma lógica peculiar à historiografia, que dispensa o uso de um critério universal de avaliação desta causalidade e aposta numa leitura particularista das explicações históricas. Em outras palavras, o consenso dos anti-positivistas está na crença de que um critério que valida a explicação histórica *x* não necessariamente será o critério que valida a explicação *y*.

Apesar de considerar este um claro avanço em relação à rigidez do positivismo lógico, Skinner ressalta as limitações de uma tal concepção. O foco central da crítica do autor a este grupo reside numa problematização da noção de *influência* e seu papel preponderante na caracterização das explicações históricas. Basicamente, esta noção expressava uma ideia largamente utilizada nas pesquisas historiográficas, a de que certos eventos, ideias ou indivíduos possuem “conexões intrínsecas” que sugerem não exatamente uma causalidade necessária, mas uma ideia mais branda de que estão “ligados de forma íntima” (SKINNER, 1966, p. 202).

O principal problema atribuído à análise dos filósofos reacionários da história é que uma explicação baseada no estabelecimento de influências faz um uso considerável do elemento intuitivo do historiador. Não havia, segue Skinner, um critério para atestar ou comprovar a facticidade de determinadas influências incorporadas pelos historiadores em suas narrativas. Em função disso, frequentemente os historiadores tomavam como evidência de determinada influência o testemunho dos próprios indivíduos em relação aos quais a influência era atribuída. Para usar um exemplo do autor, quando um escritor como Henry James reconhecia em seu próprio trabalho uma “influência clara” da obra de Jane Austen, era comum ao historiador da literatura considerar tal relato como evidência suficiente. No entanto, como argumenta Skinner:

É verdade, claro, que se o historiador está preocupado com a personagem P2, ele sem dúvida considerará sua afirmação de ter sido influenciada por

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

P1 como um testemunho a ser considerado seriamente. O fato de P2 alegar essa relação e acreditar nela pode muito bem ter tido um efeito importante em sua perspectiva e comportamento, e se tornado um componente de suas ideias e atitudes. É difícil, no entanto, ver como isso poderia ser considerado como o estabelecimento de qualquer tipo de relação histórica entre P1 e P2. Fornece no máximo uma pista para a biografia intelectual de um deles (SKINNER, 1966, p. 205, tradução minha).³

Note-se que o descontentamento de Skinner com o uso da noção de *influência* na historiografia se devia em grande parte a sua recorrência no campo da história das ideias, como ficará mais claro na análise de “Meaning and understanding in the history of ideas”, que iniciaremos a seguir. Se, como dissemos, Skinner não oferece no artigo de 1966 uma solução para o problema da inconsistência das explicações históricas, tal esforço se fará mais visível a partir da publicação de 1969. Em *The limits*, o autor se limitou a propor, ao final do texto, uma possível mudança de ênfase em relação ao que pode ser considerado válido como elemento explicativo nas narrativas sobre o passado. Seguindo o argumento, se o rigor dos positivistas era de impossível execução na pesquisa historiográfica e, ao mesmo tempo, se a linguagem dos historiadores críticos ao rigor positivista era insuficiente do ponto de vista teórico, deveria então ser o caso de adotar um modelo explicativo “mais descritivo, mais inclusivo, talvez até muito mais uma linguagem metafórica para todo o trabalho de tentar fornecer explicações do passado” (SKINNER, 1966, p. 215, tradução minha). Construir esta alternativa se tornou, a partir da publicação deste texto inaugural, o compromisso de Skinner com a teoria da história. A partir daqui suas publicações assumem um caráter programático, intervindo de forma muito mais direta nas bases teóricas do ofício do historiador.

Meaning and understanding pode ser considerado o artigo mais importante da carreira de Skinner, principalmente pela notável recepção e difusão do trabalho nos campos da história do pensamento político e da sociologia política. Inicialmente intitulado “On the Unimportance of the Great Texts to the History” - um título que, aliás, transmite de forma mais direta uma das ideias centrais do argumento do autor -, o ensaio recebeu o título definitivo de “Meaning and understanding on the history of ideas” no

³ No original: “It is true, of course, that if the historian is concerned with personage P2 he will undoubtedly regard his claim to have been influenced by P1 as testimony to be seriously considered. The fact that P2 alleged this relationship and believed in it may well have had an important effect on his outlook and behaviour, and become a component of his ideas and attitudes. It is difficult, however, to see how this could be regarded as establishing any sort of historical relationship between P1 and P2. It provides at most a clue to the intellectual biography of one of them.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

momento da publicação. Assumindo um tom nitidamente provocativo, o “beligerante texto de 50 páginas” oferecia uma crítica fervorosa à forma como se tradicionalmente se realizava a história das ideias no século XX (SILVA, 2010, p. 303). O objetivo do autor, como expresso nas palavras iniciais do artigo, era avaliar a questão fundamental levantada sempre que um historiador das ideias se deparava com um determinado texto, a saber: quais são os procedimentos mais apropriados para se chegar a um entendimento sobre o significado do texto, seja ele de caráter literário, político, religioso, econômico, e assim por diante.

De forma geral, Skinner analisa duas abordagens comuns ao campo de estudos da história das ideias, partindo do ponto de que ambas compartilham a mesma inadequação teórica, isto é, nenhuma delas oferece um meio apropriado ao historiador para atingir um entendimento correto de textos históricos. Nas suas palavras, “As duas metodologias [...] cometem erros filosóficos nas assunções que fazem sobre as condições necessárias para a compreensão de sentenças” (SKINNER, 1969, p. 4, tradução minha).

A primeira destas abordagens é aquela que pode ser descrita como *textualista*, ou seja, a metodologia que afirma o *texto em si* como um objeto de estudo autossuficiente para a pesquisa e compreensão semântica. Dito de forma mais simples, o textualismo é o método que prevê a prática de leitura e releitura como uma forma eficaz de compreensão do texto, seguindo a ideia de familiarização com a fonte. A característica central desta abordagem, no âmbito da história das ideias, é o entendimento de que as ideias carregam elementos atemporais, ou seja, um conteúdo universal que aparece na sua essência em diversos momentos da história, em particular nos chamados “textos clássicos”. O historiador adepto do textualismo está, segundo Skinner, comprometido com o estudo deste tipo específico de textos, buscando recuperar as “grandes questões e respostas” perenes neles expressas. Justamente por uma tal concepção é que o textualismo se justifica, pois se todo o objetivo da pesquisa em história das ideias é recuperar este tipo de questões perenes, de forma a demonstrar a sua relevância e persistência, deve ser não apenas possível, mas essencial para o historiador se concentrar exclusivamente no que os autores tidos como clássicos disseram sobre os temas em pauta (SKINNER, 1969, p. 5). A lógica deste argumento é que, se as questões são de fato perenes, então não cabe aos *elementos contextuais* o papel de interferir nos seus significados.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Rejeitando a ideia do caráter atemporal das ideias, Skinner argumenta que a tradicional análise textualista dos escritos históricos incorre em confusões de diferentes tipos. Tratam-se das chamadas *mitologias* que o autor sistematiza de forma a apontar os problemas mais recorrentes desta abordagem, as quais trataremos agora.

Em primeiro lugar, o textualismo frequentemente implica na *mitologia da doutrina*, segundo a qual certas considerações de caráter disperso ou incidental por parte de um escritor são convertidas na sua doutrina teórica (SKINNER, 1969, p. 7). Para usar um exemplo de Skinner, o fato de Marsílio de Pádua ter refletido, em seu *O defensor da paz*, sobre o papel executivo do governante em comparação com o papel legislativo do povo soberano, inevitavelmente levantou a questão sobre se o filósofo italiano deveria ou não ser considerado o fundador da doutrina da separação dos poderes, tão importante para a teoria política do século XVIII em diante. O fato de que estudos historiográficos sugerissem que tal doutrina se originou do debate em torno do desenvolvimento da República Romana em um Império a fim de demonstrar o perigo de delegar o poder político absoluto a uma única autoridade centralizada, um debate, comenta Skinner, iniciado em torno de dois séculos após a morte de Marsílio de Pádua, não impediu nem mesmo os especialistas na obra do filósofo italiano em considerar esta possibilidade. Sendo assim, a mitologia da doutrina está associada a um certo tipo de anacronismo, tendo em vista a associação de um autor a um debate cujos termos ele não tinha à disposição (SKINNER, 1969, p. 8). Nas palavras do autor:

A reificação de doutrinas dessa maneira dá origem, por sua vez, a dois tipos de absurdos históricos, ambos os quais não são meramente prevalentes neste tipo de história, mas parecem mais ou menos inevitáveis quando a sua metodologia é empregada. Em primeiro lugar, a tendência de buscar aproximações do tipo ideal produz uma forma de não-história que se dedica quase inteiramente a apontar “antecipações” de doutrinas posteriores e a creditar a cada escritor em termos de sua clarividência. [...] O segundo absurdo histórico [...] é o debate sem fim – quase totalmente semântico, embora posto como empírico – sobre se uma dada ideia pode ser considerada como “realmente emergida” em um determinado momento, e se ela está “realmente presente” na obra de algum escritor (SKINNER, 1969, p. 11-12, tradução minha).⁴

⁴ No original: “The reification of doctrines in this way gives rise in turn to two kinds of historical absurdity, both of which are not merely prevalent in this type of history, but seem more or less inescapable when its methodology is employed. First, the tendency to search for approximations to the ideal type yields a form of non-history which is almost entirely given over to pointing out earlier ‘anticipations’ of later doctrines, and to crediting each writer in terms of this clairvoyance. [...] The second historical absurdity [...] is the endless debate” – almost wholly semantic, though posing as empirical – about whether a given

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Dando sequência às mitologias produzidas pelo textualismo, Skinner aborda a chamada *mitologia da coerência*, que diz respeito a uma tentação particularmente frequente na história do pensamento político, a saber, a ideia de que existe sempre uma coerência interna aos textos dos pensadores políticos. Esta mitologia implica na concepção de que, se a comunidade acadêmica não é capaz de eliminar as supostas contradições no conjunto da obra de um determinado pensador, é então preciso ler de forma mais atenta, isto é, reler os trabalhos do autor até que o quebra-cabeças seja resolvido. No momento em que a coerência é tomada como pressuposto, fica a cargo do intérprete desvelar a consonância das ideias que constituem a doutrina do autor em questão (SKINNER, 1969, p. 16).

O procedimento metodológico subjacente à mitologia da coerência se baseia na busca de uma resposta para a questão de como as aparentes contradições devem ser avaliadas pelo historiador. Aqui está definitivamente descartado o princípio da navalha de Ockham, segundo o qual uma aparente contradição pode bem ser, simplesmente, uma contradição. Para usar, novamente, um exemplo caro a Skinner, afirma-se que o objetivo do historiador ao estudar a teoria política de Maquiavel não deve se restringir a indicar a origem das ideias desenvolvidas em *O Príncipe* e nos *Discursos*, bem como as divergências entre estas obras. Um estudo mais elevado por parte deste historiador deve ser o de montar um sistema de caráter mais abstrato e generalizante, no qual todas as aparentes contradições se encontram resolvidas (SKINNER, 1969, p. 20).

A terceira mitologia considerada por Skinner é a *mitologia da prolepse*, que surge da confusão, por parte do historiador, entre a análise do significado que um determinado texto pode ter para nós, no presente, com o significado intencionado pelo próprio autor da obra, no momento da sua publicação. Confusões deste tipo surgem, segue Skinner, quando o historiador está mais interessado no significado *retrospectivo* de um dado trabalho, o que por si só não é um problema, contanto que se saiba diferenciar tal análise em relação ao sentido intencionado (contemporâneo) deste mesmo trabalho.

Por exemplo, quando é afirmado que a escalada de Petrarca ao Monte Ventor “deu início à Era do Renascimento”, fica claro que se trata de uma interpretação do significado

idea may be said to have ‘really emerged’ at a given time, and whether it is ‘really there’ in the work of some given writer.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

desta ação que remete mais ao historiador responsável pela análise do que ao humanista italiano propriamente dito. Como notou Skinner, pode-se dizer que, “de uma maneira romântica, se oferece um relato verdadeiro” da ação de Petrarca, no entanto, a grande questão aqui é que este relato jamais será verdadeiro do ponto de vista da intenção de Petrarca. Como bem resumiu Arthur Danto, citado por Skinner, “Não poderia haver nenhuma intenção de ‘iniciar o Renascimento’, pois ‘dar uma tal descrição requer conceitos que se disponibilizaram apenas num tempo posterior’” (SKINNER, 1969, p. 23, tradução minha).

A última das mitologias consideradas por Skinner é a chamada *mitologia do paroquialismo*, que decorre da prática de interpretar um determinado sistema conceitual estranho à cultura do historiador nos termos que lhe são familiares, classificando e discriminando este sistema de acordo com seu próprio arcabouço linguístico. Skinner admite que se trata aqui de uma prática absolutamente inevitável, na medida em que não somos capazes de assimilar uma cultura do passado senão nos termos da nossa própria cultura. Todavia, a mitologia do paroquialismo carrega o perigo, por parte do pesquisador, de enxergar familiaridades aparentes no processo de estudo, e assim de fornecer uma descrição de uma obra ou de argumento em termos enganosos. De acordo com o autor:

A escrita da história das ideias é, de fato, marcada em particular por dois exemplos desse paroquialismo. Em primeiro lugar, existe o perigo do historiador fazer mal uso do seu ponto de vista ao descrever a *referência* aparente de alguma declaração dada em um texto clássico. Isto é, pode acontecer de um argumento em uma obra lembrar ao historiador um argumento semelhante de uma obra anterior, ou pode parecer contradizê-lo. Em todos os casos, o historiador pode erroneamente chegar a supor que era intenção do escritor posterior referir-se ao anterior, e assim pode vir a falar erroneamente da “influência” da obra anterior. [...] A outra forma de paroquialismo conceitual [...] é que o observador pode, inconscientemente, usar mal seu ponto de vista ao descrever o *sentido* de uma dada obra. Sempre há o perigo, isto é, de que o historiador possa conceituar um argumento de tal forma que seus elementos estranhos sejam dissolvidos em uma familiaridade aparente, mas enganosa (SKINNER, 1969, p. 25–27, grifos do autor, tradução minha).⁵

⁵ No original: “The writing of the history of ideas is, in fact, marked in particular by two examples of such parochialism. First, there is the danger that the historian may misuse his vantage-point in describing the apparent *reference* of some given statement in a classic text. An argument in one work, that is, may happen to remind the historian of a similar argument in an earlier work, or may appear to contradict it. In either case the historian may mistakenly come to suppose that it was the intention of the later writer to refer to the earlier, and so may come to speak misleadingly of the ‘influence’ of the earlier work. [...] The other form of conceptual parochialism [...] is that the observer may unconsciously misuse his vantage-point in describing the *sense* of a given work. There is always the danger, that is, that the historian may

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A crítica de Skinner à mitologia do paroquialismo retoma, em primeiro lugar, sua reserva em relação ao conceito de influência na história das ideias, mas ao mesmo tempo toca na questão de como o historiador lida com a análise da intenção de autores do passado, um tema, como já dissemos, da mais alta importância para a sua metodologia. Neste momento da longa exposição de *Meaning and understanding*, finalizando o seu parecer sobre as quatro mitologias do textualismo, Skinner lança mão de um argumento que lhe acompanhará por toda a carreira, o qual afirma não ser possível afirmar que “um agente fez ou disse algo que ele mesmo jamais poderia aceitar como uma descrição correta do que ele disse ou fez” (SKINNER, 1969, p. 28, tradução minha). Não significa dizer, neste caso, que não exista a possibilidade de um observador externo fornecer um relato tão ou mais completo sobre as ações de um indivíduo do que ele próprio (como nos lembra Skinner, a psicanálise está fundada nesta possibilidade). Por outro lado, o argumento do autor implica na aceitação da impossibilidade de que um tal relato “possa sobreviver à demonstração de que era ele próprio dependente do uso de critérios de descrição e classificação indisponíveis para aquele indivíduo” (SKINNER, 1969, p. 29, tradução minha).

O textualismo, todavia, era apenas a primeira metodologia na mira das críticas de Skinner. Por ser a abordagem mais comum à prática de pesquisa em história das ideias, o autor dedicou a maior parte do artigo a sua refutação do textualismo, oferecendo diversos exemplos para cada uma das objeções elencadas. Restava agora, a fim de concluir o argumento, uma consideração acerca do método antagonista do enfoque no *texto*, isto é, o foco no *contexto*.

Pode parecer que uma abordagem propriamente *contextualista* resolve em grande medida as mitologias apontadas por Skinner, afinal, a atenção aos elementos circunstanciais dos textos históricos - as redes de contatos do autor, a bibliografia que lhe era disponível, o contexto político de perseguição institucional, etc. - coloca em xeque aquela noção básica do textualismo, a perenidade das ideias. Segundo Skinner, apelar para uma análise da realidade social de um determinado período como elemento explicativo de uma obra em específico é justamente o oposto do que pretendiam os

conceptualize an argument in such a way that its alien elements are dissolved into an apparent but misleading familiarity.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

historiadores da filosofia e do pensamento político que apostam na autonomia do texto (SKINNER, 1969, p. 39-40). Por outro lado, uma postura extremamente polarizada entre o textualismo e o contextualismo parece infrutífera, na medida em que se aceita a conclusão de que, enquanto o contexto social de fato influencia na constituição e na transformação das ideias, estas igualmente influenciam no estabelecimento de novos contextos sociais (SKINNER, 1969, p. 42).

Sem dúvida, a proposta metodológica de Skinner está diretamente vinculada ao avanço dos estudos em torno do contexto social na história das ideias políticas. Não à toa, o método característica da sua escola veio a ser conhecido como “contextualismo linguístico”. Todavia, o autor ainda sentia a necessidade de elaborar algumas ressalvas em relação a duas abordagens específicas dos estudos contextuais: primeiro, a metodologia influenciada pela tradição marxista; segundo, a abordagem herdeira da obra de Lewis Namier. Para o autor, ambas as perspectivas carregam o mesmo “problema fundamental relativo à natureza das relações entre ação e circunstância” (SKINNER, 1969, p. 42, tradução minha). Trata-se de um momento crucial do artigo de Skinner, tendo em vista que a compreensão destes problemas comuns ao contextualismo diz respeito diretamente à alternativa metodológica proposta pelo autor.

Em primeiro lugar, Skinner questiona o fato de que a tese segundo a qual o contexto pode ser utilizado para explicar o conteúdo de um texto decorre de uma outra hipótese mais geral, que entende as ações performadas de forma intencional como um processo ordinário de explicação causal (SKINNER, 1969, p. 43). Entende-se, por exemplo, que um motivo ou uma intenção constitui a condição contextual que, por sua vez, causa uma determinada ação final - seja ela de que tipo for, mas especialmente, neste caso, a enunciação de um discurso oral ou a publicação de um livro ou panfleto. O problema desta concepção, para Skinner, é que as intenções não são necessariamente as causas que antecedem as ações. Aqui, torna-se necessário distinguir entre dois tipos de intenção (esse ponto é central no argumento): a intenção *de fazer* algo e a intenção *em fazer* algo (SKINNER, 1969, p. 45).

Para usar novamente um exemplo do autor, suponhamos que Daniel Defoe tenha declarado, ao escrever sobre o tema da tolerância, que a sua intenção era compor uma série de panfletos referentes ao assunto. Na medida em que o escritor inglês não realizou

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esta composição, o que teríamos aqui seria uma intenção declarada e nenhuma ação final, o que justificaria a ideia de que os conceitos de *ação* e *intenção* podem ser elementos separados, o último como a causa do primeiro. Por outro lado, suponhamos que Defoe tenha declarado que a sua intenção, num panfleto que ele de fato escreveu, era promover o tema da tolerância por meio de uma paródia dos argumentos contra ele. Neste caso, segue Skinner, o que teríamos aqui seria uma intenção que não é antecedente à ação, mas que a constitui: a declaração da intenção serve para caracterizar a própria ação (SKINNER, 1969, p. 45). O primeiro caso desta suposição apresenta uma intenção *de fazer* algo, que não pressupõe necessariamente a ocorrência da ação. O segundo caso, por outro lado, demonstra uma intenção *em fazer* algo, no qual a ação e a intenção estão logicamente conectadas na medida em que esta caracteriza o sentido daquela.

O segundo e último ponto da crítica de Skinner ao contextualismo diz respeito ao pressuposto contextualista de que o “significado” (*meaning*) e o “entendimento” (*understanding*) são conceitos estreitamente relacionados, basicamente sinônimos, no que toca a interpretação de um texto. Apoiando-se aqui na teoria austiniana dos atos de fala, o autor argumenta que o *entendimento* de um texto ou de uma sentença em específico depende não apenas do *significado* que dela pode ser extraído, em termos puramente semânticos, mas igualmente de uma compreensão daquilo que Austin denominou a *força ilocucionária intencional*. A questão central trazida por Skinner com este argumento, posto de forma resumida, é que o método contextualista deixa uma lacuna na interpretação do texto: “mesmo se o estudo do contexto social dos textos possa servir para *explicá-los*, isso não seria o mesmo que fornecer os meios para *entendê-los* (SKINNER, 1969, p. 46, grifos do autor, tradução minha).

Vejamos um último exemplo trazido por Skinner para ilustrar sua crítica final. Supondo que um historiador do período renascentista se depare com a seguinte declaração: “um Príncipe precisa aprender como não ser virtuoso”. Considerando que o sentido e a intenção de uma tal sentença sejam perfeitamente claros, assim como decorrentes de um estudo amplo e completo do contexto social da época, poderiam surgir ao menos duas verdades alternativas acerca da declaração: “ou que tal conselho cínico era frequentemente oferecido em tratados morais da Renascença; ou que dificilmente alguém havia oferecido publicamente um conselho tão cínico como um preceito antes”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

(SKINNER, 1969, p. 46, tradução minha). Ora, está claro que o historiador em questão possui o intuito de avaliar qual destas alternativas está mais próxima da verdade, no entanto, para cada uma delas corresponde um tipo diferente de *força ilocucionária intencional*. No caso da primeira alternativa, a força corresponde ao ato de “endossar ou enfatizar uma atitude moral aceita”, enquanto, no caso da segunda alternativa, corresponde ao ato de “rejeitar ou repudiar uma moralidade estabelecida no senso comum”. Skinner não escolhe este exemplo à toa: ambas as alternativas nesta suposição foram consideradas por estudiosos da obra de Maquiavel. E, ao mesmo tempo em que a decisão acerca de qual destas alternativas está mais próxima da verdade afeta diretamente no entendimento sobre a intenção de Maquiavel (um tópico largamente disputado no campo da história do pensamento político), esta não poderia jamais ser alcançada por meio de um estudo sobre o contexto social em que viveu o pensador florentino, pois este mesmo contexto oferece as duas alternativas como possibilidade, sendo incapaz de ser invocado para abandonar uma em prol da outra (SKINNER, 1969, p. 47).

Após este longo exercício de refutação das principais abordagens contemporâneas em história das ideias, Skinner passa, finalmente, para algumas considerações acerca da sua proposta metodológica, a alternativa ao textualismo e ao contextualismo. Cabe dizer, todavia, que o autor não expõe de forma sistemática as premissas de seu método, como virá a fazer de forma mais enfática nos artigos da década de 1970, que trataremos no capítulo seguinte. Por ora, finalizando aqui a sua primeira e maior intervenção na teoria da história, o autor se limita a algumas conclusões de caráter geral.

Em suma, Skinner afirma que a compreensão adequada de um texto pressupõe tanto um entendimento acerca tanto do significado pretendido pelo autor, quanto de uma análise de como esse significado *deveria* ser interpretado. Skinner aponta aqui para uma reformulação do contextualismo, isto é, a sua transformação num contextualismo propriamente *linguístico*, por meio do enfoque na análise dos enunciados como atos de comunicação entre indivíduos que compõem um determinado universo semântico. Nas suas palavras:

Segue-se que o objetivo essencial, em qualquer tentativa de compreender os próprios enunciados, deve ser o de recuperar essa intenção complexa por parte do autor. E segue-se disso que a metodologia apropriada para a história das ideias deve estar preocupada, em primeiro lugar, em delinear toda a gama de comunicações que poderiam ter sido convencionalmente realizadas em uma dada ocasião pelo enunciado de determinado enunciado,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

e, a seguir, para rastrear as relações entre o enunciado dado e este contexto *linguístico* mais amplo como um meio de decodificar a intenção real do escritor dado. Uma vez que o foco apropriado do estudo é visto, desta forma, como essencialmente linguístico, e a metodologia apropriada é vista, conseqüentemente, como preocupada com a recuperação de intenções, o estudo de todos os fatos sobre o contexto social do texto em questão pode então ocorrer como parte desse empreendimento linguístico (SKINNER, 1969, p. 49, grifo do autor, tradução minha).⁶

Com estas palavras, fica registrada a primeira formulação do contextualismo linguístico de Skinner, que se resume numa tentativa de “recuperação da tradição intencionalista da filosofia da história e na aplicação de seus princípios na elaboração de uma metodologia voltada para a interpretação de textos” (SILVA, 2010, p. 305). Combinando a ênfase collingwoodiana na recuperação das intenções com o aparato teórico da filosofia pragmática de J. L. Austin, Skinner deu início a este longo empreendimento intelectual de reformulação da história do pensamento político. Os anos seguintes à publicação de *Meaning and understanding* marcam não apenas a fervorosa recepção das ideias do autor, mas igualmente o aprofundamento sistemático das premissas apresentadas nas páginas finais do texto clássico. Dando sequência para a apresentação da metodologia do autor, passamos agora para uma análise dos artigos da década de 1970, que culminaram no primeiro e maior esforço empírico de aplicação do método.

1.3. Desenvolvendo a teoria dos atos de fala

No decorrer da década de 1970, as intervenções metodológicas de Skinner se deram principalmente por meio de publicações que visavam criticar e expandir a bibliografia referente à teoria austiniana dos atos de fala. Após a longa e polêmica investida contra o *status quo* da historiografia do pensamento político em “*Meaning and understanding in the history of ideas*” (1969), as considerações mais gerais do autor em

⁶ No original: “It follows that the essential aim, in any attempt to understand the utterances themselves, must be to recover this complex intention on the part of the author. And it follows from this that the appropriate methodology for the history of ideas must be concerned, first of all, to delineate the whole range of communications which could have been conventionally performed on the given occasion by the utterance of the given utterance, and, next, to trace the relations between the given utterance and this wider *linguistic* context as a means of decoding the actual intention of a given writer. Once the appropriate focus of the study is seen in this way to be essentially linguistic and the appropriate methodology is seen in consequence to be concerned in this way with the recovery of intentions, the study of all the facts about the social context of the given text can then take its place as a part of this linguistic enterprise.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

relação às limitações metodológicas do campo de estudos foram suficientemente lançadas, abrindo assim o espaço para publicações de caráter mais pontual.

A primeira destas publicações foi o ensaio “Conventions and the understanding of speech acts”, publicado em 1970. O objetivo central do texto era discutir o artigo de Peter Strawson, “Intention and convention in speech acts” (1964), visando dar continuidade aos problemas deixados em aberto pelo autor. A fim de compreender o sentido do texto de Skinner, uma breve exposição da contribuição de Strawson se faz necessária.

Ao lado de pensadores como Gilbert Ryle, W. O. Quine e Austin, é justo atribuir ao filósofo inglês Peter Strawson o papel de protagonista no desenvolvimento inicial da filosofia da linguagem ordinária. Note-se que as contribuições do autor para a lógica e a linguística datam do início da década de 1950, com a publicação, no mesmo ano, de seu influente artigo seminal intitulado “Sobre referir”. Desde então, Strawson ocupou um lugar de grande relevância na segunda geração da filosofia analítica. Seu artigo de 1964, o qual trataremos agora, é o primeiro trabalho que se direciona especificamente para uma avaliação e tentativa de expansão da teoria dos atos de fala.

De forma geral, “Intention and convention in speech acts” explora o assunto da dimensão ilocucionária dos atos de fala, mais especificamente, a relação entre o significado de uma sentença e a sua força ilocucionária, a distinção entre *força* ilocucionária e *ato* ilocucionário, bem como os critérios para a realização completa de um ato de comunicação, nos termos do sistema conceitual de Austin.

Em primeiro lugar, para Strawson, o significado (locucionário) e a força (ilocucionária) de uma sentença diferem no sentido de que o primeiro pode exaurir a segunda, isto é, quando “não há nada mais para força do que há para o significado”, ainda que, muito frequentemente, o significado sirva apenas para limitar a força, e não para subtraí-la (STRAWSON, 1964, p. 434). Em segundo lugar, segue o autor, a força ilocucionária de uma sentença não é equiparável à realização de um ato ilocucionário propriamente dito, apesar da distinção não estar clara nos escritos de Austin. A força ilocucionária se efetiva como ato apenas quando apreendida como tal pelo público para o qual foi destinada, ou seja, não basta a sentença causar um efeito (ato perlocucionário), mas o efeito precisa coincidir com a força da intenção primária do sujeito que declara a sentença, e só assim é possível falar num ato ilocucionário. Por fim, e mais importante, o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

procedimento para a execução completa de um ato comunicativo envolve um conjunto de fatores, e no que diz respeito à dimensão ilocucionária dos atos de fala, requer a realização de quatro tipos distintos de *intenções*: (1) a intenção primária do agente, descrita por um verbo performativo (ex.: convencer, dissuadir, etc.); (2) a intenção secundária, ainda por parte do agente, de ter a intenção primária reconhecida pelo público a que se dirige; (3) a intenção terciária de que o reconhecimento da intenção primária influencie, de alguma forma, a resposta do público; e (4) a intenção final de que a intenção secundária seja, também ela, reconhecida pelo público (STRAWSON, 1964, p. 447).⁷

Outro ponto importante do texto de Strawson é a concepção dos atos ilocucionários como essencialmente *declaráveis*, isto é, representáveis por meio de uma fórmula performativa do tipo “X alertou Y”. Isso significa dizer que nem tudo o que podemos fazer *ao dizer* algo é necessariamente um ato ilocucionário, pois certas ações deste tipo não podem ser explicitadas através da fórmula performativa. Por exemplo, a ação de *exibir-se* certamente é uma intenção que visa produzir um determinado efeito e um dado público, como “impressionar” ou “causar admiração”. Todavia, uma tal intenção não envolve o objetivo de ser reconhecida como tal pelo público. Pelo contrário, se reconhecida a intenção primária de “exibir-se”, o efeito no público pode ir na contramão da intenção, causando “aversão” ou “desgosto” (STRAWSON, 1964, p. 452).

Até aqui, Strawson permanece fiel aos escritos de Austin, expandindo e esclarecendo a sua teoria mais do que contrariando-a. A divergência do autor se apresenta, contudo, num ponto específico da concepção dos atos ilocucionários, a saber, o seu caráter essencialmente *convencional*. Tal divergência, que aprofundaremos agora, constitui o argumento central do artigo e, conseqüentemente, da resposta de Skinner. Strawson apresenta sua contraposição da seguinte forma:

A alegação de que a força ilocucionária é uma questão de convenção é facilmente considerada correta num grande número de casos. Pois muitos tipos de interações humanas que envolvem a fala são regidas e em parte constituídas por aquilo que facilmente reconhecemos como convenções de procedimento estabelecidas para além das convenções que regem os significados das nossas afirmações. [...] Mas parece igualmente claro que, embora as circunstâncias da pronúncia sejam sempre relevantes para a determinação da força ilocucionária de uma pronúncia, há muitos casos em que não é de acordo com uma convenção de qualquer tipo (para além das convenções linguísticas que ajudam a fixar o significado da pronúncia) que um ato ilocucionário é realizado. Parece

⁷ O complexo de intenções apresentado por Strawson é parcialmente devedor do texto de Paul Grice (1957), intitulado “Meaning”.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

claro, portanto, que há muitos casos em que a força ilocucionária de uma expressão, embora não se esgote pelo seu significado, não é devida a quaisquer outras convenções para além daquelas que ajudam a dar-lhe o seu significado (STRAWSON, 1964, p. 443-444, tradução minha).⁸

Basicamente, por meio de uma distinção entre dois sentidos da palavra convenção – a *convenção linguística*, referente à semântica do texto, e a *convenção social*, ou convenção de procedimento, que aponta para as circunstâncias da pronúncia –, Strawson propõe o entendimento de que tanto a força quanto o ato ilocucionário não estão necessariamente atrelados à convenção social, como gostaria Austin. Em muitos casos, argumenta o autor, a única convenção que se pode identificar numa sentença é a linguística, aquela que “ajuda a fixar o significado da pronúncia”, de forma que um estudo do contexto de enunciação se faz irrelevante pelo fato de não haver nenhuma convenção social envolvida. Por exemplo, quando um padre realiza um casamento, a sentença “Eu vos declaro marido e mulher” envolve tanto as convenções linguísticas quanto as sociais, pois a mesma frase não faria sentido fora das circunstâncias específicas da enunciação, isto é, a cerimônia do casamento. Por outro lado, para usar um exemplo de Strawson largamente comentado por Skinner, a sentença “O gelo ali é muito fino”, direcionada para um patinador, possui uma força ilocucionária legítima (possivelmente um “aviso” ou “alerta”) e, se recebida com sucesso pela pessoa a quem foi direcionada (cumprindo os quatro requisitos do complexo intencional), será realizada como um ato ilocucionário propriamente dito, mesmo que a sentença não atenda a nenhuma regra de procedimento ou prática cerimonial/ritualística, ou seja, não envolva nenhuma convenção social (STRAWSON, 1964, p. 444).

Em suma, o artigo de Strawson representa uma tentativa de esclarecer alguns pontos mais obscuros da teoria de Austin, sugerindo a distinção entre força ilocucionária e ato ilocucionário bem como os critérios de realização efetiva do último. Além disso, reforça a concepção austiniana do caráter essencialmente *declarável*, por meio de um

⁸ No original: “The contention that illocutionary force is a matter of convention is easily seen to be correct in a great number of cases. For very many kinds of human transaction involving speech are governed and in part constituted by what we easily recognize as established conventions of procedure additional to the conventions governing the *meanings* of our utterances. [...] But it seems equally clear that, although the circumstances of utterance are always relevant to the determination of the illocutionary force of an utterance, there are many cases in which it is not as conforming to an accepted *convention* of any kind (other than those linguistic conventions which help to fix the meaning of the utterance) that an illocutionary act is performed. It seems clear, that is, that there are many cases in which the illocutionary force of an utterance, though not exhausted by its meaning, is not owed to any *conventions* other than those which help to give it its meaning.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

verbo performativo, dos atos ilocucionários. Por fim, propõe a distinção entre as convenções linguísticas e sociais a fim de demonstrar que, embora não existam atos de fala sem a adequação a algum tipo de convenção linguística, a existência de uma convenção social é contingente.

Cabe ressaltar que, ao final do texto de 1964, Strawson deixou claro que a proposta da divisão dos atos ilocucionários entre *convencionais* e *não-convencionais* não deveria ser considerada inequívoca ou definitiva. “Há algo enganoso sobre a nitidez deste contraste”, afirmava o autor no parágrafo final, “e certamente seria errado supor que todos os casos caiam clara e ordenadamente em uma ou outra destas duas classes” (STRAWSON, 1964, p. 460, tradução minha).

Resta ainda notar que Strawson apoia o seu modelo dos quatro tipos de intenções requeridas para a realização do ato ilocucionário no artigo “Meaning”, de Paul Grice (1957), que Skinner incorpora imediatamente em suas referências teóricas centrais. Do texto de Grice, Skinner absorve basicamente a concepção do “significado não-natural” de uma sentença, isto é, o significado que surge, *grosso modo*, como resultado da “intenção de induzir uma crença por meio do reconhecimento da intenção” (GRICE, 1957, p. 384, tradução minha).⁹

Em primeiro lugar, na contramão de Austin e Strawson, Skinner discorda do estabelecimento da fórmula performativa como um requisito para os atos ilocucionários. Para o autor, não está claro o motivo pelo qual a possibilidade de nomear a ação num verbo performativo deva ser necessária, pois, nas suas palavras, “parece indispensável para a natureza de um ato intencional de comunicação [...] que ele deveria ser alcançado sem precisar ser declarado desta forma” (SKINNER, 1970, p. 128, tradução minha). Vale lembrar que Strawson reconhece o caso dos atos de comunicação não-declaráveis, como vimos no exemplo supracitado da intenção de “exibir-se”. Para este autor, casos deste tipo não poderiam ser considerados atos ilocucionários pela impossibilidade de reconhecimento, por parte do público, da intenção primária do ato. Todavia, para Skinner, este fato não se configura como um impeditivo, de forma que se poderia falar em *atos*

⁹ No original: “Shortly, perhaps, we may say that ‘A meant_{NN} something by *x*’ is roughly equivalent to ‘A uttered *x* with the intention of inducing a belief by means of the recognition of this intention.’”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ilocucionários não-declaráveis como uma categoria intermediária que desvia do modelo de Strawson.

Não obstante, segue o autor, outra destas categorias intermediárias é aquela em que a força ilocucionária da sentença é oblíqua, mesmo que haja algum tipo de ilocução explicitamente declarada na mesma sentença. Por exemplo, a pergunta “Você poderia me acompanhar até a delegacia?” apresenta, de forma explícita, a força de uma investigação ou questionamento, no entanto, a verdadeira força está colocada de forma oblíqua e pode ser caracterizada como um requerimento ou ordem (SKINNER, 1970, p. 122).

Os casos de atos de comunicação oblíquos indicam a existência de pelo menos um tipo “intermediário” de ato ilocucionário. E as listas de verbos que nomeiam atos de comunicação não-declaráveis indicam que não pode ser uma condição necessária para que um verbo seja o nome de um ato ilocucionário que deva ter uma forma performativa explícita (SKINNER, 1970, p. 128, tradução minha).¹⁰

Com isso, a grande questão do artigo de Skinner passa a ser a de explorar a implicação dessas constatações nos modelos de Austin e Strawson. Em suma, a contradição identificada por Skinner diz respeito ao fato de que tanto os atos ilocucionários oblíquos quanto os não-declaráveis parecem se adequar à categoria de *não-convencionais* no sentido de Strawson (atos que independem de convenções sociais) e, ainda assim, requererem “alguns conhecimentos convencionais de tipo mais do que puramente linguístico para serem compreendidos” (SKINNER, 1970, p. 131, tradução minha).

Seguindo a linha argumentativa de Skinner, uma frase tal como “O gelo ali é muito fino” – considerada por Strawson como um ato de fala essencialmente não convencional – possui a intenção de emitir um alerta, e, sendo assim, requer o entendimento por parte do ouvinte das convenções sociais que determinam, dentro daquele contexto específico, sobre o que conta como um alerta, partindo da premissa de que o reconhecimento de uma intenção, seja qual for, varia mediante as diferenças culturais das coletividades humanas. Assim, por exemplo, o que conta como um alerta, uma ameaça ou um elogio dentro de um círculo de acadêmicos pode não ser o mesmo para um grupo alheio às convenções do ambiente universitário, e assim por diante.

¹⁰ No original: “The cases of oblique acts of communication indicates the existence of at least one ‘intermediate’ type of illocutionary act. And the lists of verbs naming non-avowable acts of communication indicate that it cannot be a necessary condition of a verb’s being the name of an illocutionary act that it should have an explicit performative form.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A resposta encontrada por Skinner para a resolução desta contradição, portanto, foi questionar a categoria dos atos ilocucionários não-convencionais. Em outras palavras, resumindo o argumento central do autor no artigo em questão, um elemento de convenção social é onipresente nos atos ilocucionários e representa uma condição necessária para o entendimento do ato pelo sujeito receptor. Nas suas palavras:

[...] o sucesso de qualquer ato de comunicação depende necessariamente de pelo menos uma intuição mútua por S [falante/escritor] e A [ouvinte/leitor] de todo um complexo de convenções, tanto sociais quanto linguísticas, sobre o que pode e não pode ser declarado, que tipos de significados e alusões podem ser esperados para serem entendidos sem terem que ser explicitamente declarados e, em geral, que critérios para a aplicação de qualquer conceito (por exemplo, o de advertência) são convencionalmente aceitos como aplicáveis naquela situação e sociedade (SKINNER, 1970, p. 137, tradução minha).¹¹

Assim sendo, em sua primeira intervenção mais direta no campo da filosofia da linguagem, Skinner oferece uma compreensão acerca dos atos de fala estritamente vinculada ao elemento da convenção social. O próximo passo dado pelo autor, iniciado no ano seguinte com a publicação de “On performing and explaining linguistic actions” (1971), foi no sentido de esclarecer como, do seu ponto de vista, é possível definir e oferecer uma explicação acerca dos atos de fala.

On performing segue, como é de costume nos textos de Skinner, uma perspectiva notadamente crítica aos trabalhos contemporâneos do campo de estudos, preferindo apontar os possíveis erros ou inconsistências das publicações mais recentes na área de filosofia da ação (mais particularmente, das ações linguísticas) antes de apresentar os seus próprios argumentos. Nesse sentido, o artigo cumpre um objetivo duplo: primeiro, problematiza a forma como aquelas publicações mais recentes definem o conceito de *ação linguística*, propondo resoluções teóricas para os problemas; por fim, considera a possível relevância das considerações apresentadas no sentido habilitar o pesquisador a *explicar* uma ação linguística.

A definição de ação linguística promovida pelas discussões contemporâneas a Skinner no início da década de 1970 girava em torno, basicamente, do estabelecimento da fórmula “A está ocasionando *p*”, onde *A* representa o sujeito e *p* o resultado da ação

¹¹ No original: “[...] the success of any act of communication necessarily depends on at least a mutual intuiting by S and A of a whole complex of conventions, social as well as linguistic, about what can and cannot be stated, what sorts of meanings and allusions can be expected to be understood without having to be explicitly stated at all, and in general what criteria for the application of any given concept (for example, that of warning) are conventionally accepted as applying in that given situation and society.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

descrita por um verbo performativo (SKINNER, 1971, p. 3, grifos do autor). A fórmula vinha sendo utilizada nas referidas discussões não apenas como condição para a aplicação do conceito de *performance*, mas igualmente para distinguir aquilo que fazemos daquilo que nos acontece. Assim procede, segue o autor, na análise de Kenny: para todo caso em que seja verdadeiro que *A* está agindo, e em que o verbo de ação passe nos testes para ser classificado como um performativo (por exemplo, *A* alertou *B*), será equivalente dizer que *A* está, portanto, ocasionando *p*. Tal definição, argumenta Skinner, foi extensamente aprimorada e aparenta ter recebido uma aceitação geral pelos estudiosos da área (SKINNER, 1971, p. 4).

O problema inicial do autor com esta definição algo simples gira em torno da suposta equivalência entre afirmar, por um lado, que “*A* está ocasionando *p*” (considerando *p* como “alertar *B*”) e, por outro lado, afirmar que “*A* alertou *B*”. Enquanto esta última sentença designa uma ação voluntária por parte de *A*, o mesmo não vale para a primeira. Por exemplo, imaginando que o suposto patinador não recebesse qualquer aviso quanto à espessura do gelo e, porventura, ocasionasse a sua queda na água: seria correto afirmar que *A* (o patinador) ocasionou *p* (a sua queda na água), ainda que um tal episódio não seja exatamente uma *performance* da parte do patinador, nem mesmo de caráter não-intencional (SKINNER, 1971, p. 3). Sendo assim, uma primeira reformulação visada por Skinner no debate acerca da definição de *performance* aponta para a separação entre estas duas formulações lógicas.

A segunda contenda de Skinner se refere à reivindicação de Kenny segundo a qual o valor *p* deve implicar necessariamente em uma mudança nova e discernível no estado de coisas que é o próprio resultado da ação de *A* (SKINNER, 1971, p. 6). Em outras palavras, considerando uma *performance* em que um sujeito *A* realiza uma ação sobre o sujeito *B*, como no exemplo supracitado, afirma Kenny que, após o término da ação, *B* necessita ter, de alguma forma, mudado. Segundo Skinner, existem diversos casos em que uma determinada ação passa em todos os testes para ser considerada uma *performance*, nos termos até aqui abordados, mas que dispensam qualquer mudança no sujeito que sofre a ação. Por exemplo, supondo que *A* está alertando *B*, e que *B* ouve e entende o significado das palavras, mas, pela razão de uma incompatibilidade entre as convenções sociais e linguísticas conhecidas pelos dois sujeitos envolvidos, não

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

compreende a força ilocucionária da ação de *A* pois desconhece a convenção utilizada para tanto. Ou, ainda, supondo que *B* ouve, entende e adequadamente compreende a força ilocucionária da sentença de *A*, mas acredita, por algum motivo equivocados, que *A* não queria ser levado a sério, que estava “brincando”. Em ambos os casos, não é possível afirmar que a ação de “*A* alertar *B*” tenha ocasionado qualquer mudança em *B* (SKINNER, 1971, p. 9).

Feitas essas duas críticas pontuais à definição do conceito de ação linguística, Skinner passa para uma avaliação do modo como o conceito pode ser razoavelmente explicado. Aqui, o objetivo central do autor é contrapor as teorias correntes na filosofia da ação que apelam para uma relação de causalidade entre intenção e ação, isto é, que definem o processo explicativo por meio da identificação de intenções que funcionam como causas das ações. Tal é a posição de uma série de autores comentados por Skinner, tais como Donald Davidson em seu artigo “Actions, Reasons and Causes” (1963) ou G. Madell em “Action and Causal Explanation” (1967), entre outros.

Sem delongas, afirma Skinner que o primeiro passo para a explicação de uma ação linguística é a realização de uma *redescricao* da sentença ou do conjunto de sentenças que se pretende explicar. Retomando, novamente, o exemplo “O gelo lá é muito fino” como um ato de fala que apresenta a força ilocucionária de um alerta por parte de um policial em direção a um patinador, mediante as convenções sociais do local de enunciação, Skinner afirma que uma reformulação da sentença para “A razão do policial em proferir a dada sentença foi de apontar o perigo em potencial para o patinador de patinar lá onde o gelo é muito fino”, denominada uma *redescricao ilocucionária*, configura-se como uma explicação apropriada, ainda que não exaustiva, para a sentença (SKINNER, 1971, p. 13, tradução minha). A explicação se completa, todavia, com uma análise das convenções sociais que se incorporam na força ilocucionária da sentença:

A explicação é fornecida a partir de uma compreensão das convenções que governam a força ilocucionária ligada ao próprio enunciado. É fornecida, isto é, simplesmente de uma compreensão do que *A* quis dizer, no sentido [...] de compreender o que significa convencionalmente proferir uma sentença com tal significado. Saber a resposta a esta outra questão é saber como é que o orador pretendia que o seu discurso fosse levado em consideração. E isto, por sua vez, é conhecer as intenções do orador ao proferir essa afirmação. E isto, por sua vez, é saber porque é que o orador proferiu essa afirmação. E isto é ter uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

explicação sobre a ação (linguística) (SKINNER, 1971, p. 14, tradução minha).¹²

Em outras palavras, a elaboração da redescrição ilocucionária de uma sentença associada à compreensão das convenções sociais que a permeiam fornecem uma explicação pelo fato de apontarem para a intenção do agente *ao* performar um ato de fala. Ademais, segue o autor, apesar de uma tal redescrição funcionar por meio da menção a razões, estas não podem ser interpretadas como as *causas* das quais as ações correspondentes são efeitos (SKINNER, 1971, p. 13). O motivo da incompatibilidade entre intenção e causa é justificado – como Skinner viria a explicar apenas em “‘Social meaning’ and the explanation of social action”, publicado em 1974 – pelo fato de que as intenções constituem uma característica intrínseca da ação de um determinado agente de fala, e não uma “condição independentemente especificável da ação, da forma como qualquer forma causal de explicação requer” (SKINNER, 1974, p. 116, tradução minha).

Skinner reconhece que o papel central dado à recuperação das intenções no procedimento explanatório dos atos de fala tem sido rejeitado justamente pelos teóricos e praticantes de disciplinas – como a crítica literária ou a história intelectual – que lidam essencialmente com sentenças de tipo complexo (de caráter literário ou filosófico), sobre as quais o procedimento poderia ser melhor aplicado. De acordo com o autor, estes estudiosos foram tradicionalmente ensinados a endossar o discurso da *falácia intencionalista*, segundo a qual as intenções de um autor são de pouca ou nenhuma relevância para a interpretação e explicação de sentenças complexas (SKINNER, 1971, p. 15). Todavia, continua o autor, tanto os defensores da referida falácia quando os seus críticos se apegaram a um conceito de intenção que diverge bastante do sentido aqui pretendido, de forma que uma distinção se faz necessária.

Enquanto os defensores da falácia intencionalista tendem a compreender a intenção autoral como “aquilo que fez o autor escrever” ou como um dos “fatores que fizeram com que a obra se tornasse realidade”, os críticos têm sustentado que a tarefa de

¹² No original: “The explanation is supplied from a grasp of the conventions governing the illocutionary force attaching to the utterance itself. It is supplied, that is, simply from an understanding of what A meant, in the non-natural sense of understanding not just what the utterance meant [...] but of understanding what it conventionally means to utter an utterance with such a meaning. To know the answer to this further question is to know how the speaker intended his utterance to be taken. And this in turn is to know the intentions of the speaker *in* uttering that given utterance. And this in turn is to know why he uttered that utterance. And this is to have an explanation of the (linguistic) action.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

recuperação das intenções consiste em demonstrar a relevância dos interesses pessoais do autor, sua história de vida ou suas características psicológicas (SKINNER, 1971, p. 15). Para Skinner, ambos os argumentos giram em torno de considerar ou não a importância dos *motivos* do autor ao escrever, e não de suas *intenções*. Aqui o autor lança mão, pela primeira vez, da distinção entre *motivos* e *intenções*, sugerindo que a ausência de uma tal distinção foi a razão para confusões dentro da bibliografia especializada em filosofia da ação. Nas suas palavras:

A fonte da confusão pode talvez ser caracterizada como uma falha em reconhecer que os motivos para agir, mas não as intenções para tanto, implicam desejos. A própria confusão parece consistir, em ambos os lados, em confundir o senso de intencionalidade que serve para caracterizar as ações e sua força ilocucionária com os estados afetivos do agente como seus motivos, desejos e, genericamente, as vontades que induzem (e talvez causem) suas ações (SKINNER, 1971, p. 21, tradução minha).¹³

Consideremos, a título de exemplo, uma obra como *O Príncipe*, de Maquiavel. O fato de, no início do século XVI, o pensador florentino que até então servira a governos republicanos ter se visto obrigado, num contexto de retomada despótica do poder pelos Medici, a oferecer os seus serviços a um príncipe de forma a garantir um emprego e um meio de vida, diz respeito essencialmente aos seus motivos para escrever o livro, e não a sua intenção ao escrevê-lo (SKINNER, 1996, p. 138-139). Como Skinner sugere em *Social meaning* (1974), uma hipótese acerca dos *motivos* de Maquiavel pode, de fato, constituir uma explicação causal da sua ação de escrever *O Príncipe*, na medida em que os *motivos* apontam para condições extrínsecas do significado de sua obra (SKINNER, 1974, p. 117-118). Todavia, suas *intenções*, de forma bastante diversa, devem ser procuradas não nas condições externas imediatas que o levaram a escrever, mas numa profunda exegese do texto em associação à análise do contexto social e linguístico da Itália renascentista. Com essa distinção, Skinner se habilita a eliminar a crítica da falácia intencionalista do rol de contendas a sua teoria, sustentando que a recuperação das intenções autorais é não apenas relevante, mas essencial para qualquer tentativa de explicar uma ação linguística complexa (SKINNER, 1971, p. 16).

¹³ No original: “The source of the confusion might perhaps be characterized as a failure to recognize that motives in acting, but not intentions in acting, imply wants. The confusion itself seems to consist, on both sides, of confusing the sense of intentionality which serves to characterize actions and their illocutionary force with such affective states of the agent as his motives, desires and generically the wants that prompt (and perhaps cause) his actions.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A distinção entre motivos e intenções representa, sem dúvida, um dos pontos fulcrais da metodologia de Skinner. Todavia, apesar da plausibilidade e da força argumentativa da distinção, não se pode dizer que ela tenha adquirido uma aceitação imediata pela comunidade acadêmica, naturalmente. No ano seguinte à publicação de *On performing*, Skinner é convidado a publicar na revista *New Literary History* em um dossiê dedicado exclusivamente ao problema da interpretação, momento no qual o autor se vê compelido a reafirmar muitas de suas convicções expostas no artigo de 1971 de uma forma mais palatável e condensada, visando assim uma recepção mais favorável à sua metodologia. A referida publicação, intitulada “Motives, intentions, and the interpretation of texts” (1972), se dedica a aprofundar a distinção entre motivos e intenções, além de expor de forma mais sistemática as diferentes formas pelas quais podemos nos questionar sobre o significado dos textos.

De forma geral, Skinner apresenta uma divisão tripartite para o entendimento do significado dos textos, seguindo uma analogia clara, ainda que não declarada, com as três modalidades dos atos de fala expostas na obra de Austin. A divisão se mostra relevante na medida em que permite ao autor distinguir quando uma determinada crítica à teoria do significado se aplica ou não ao seu próprio modelo teórico, focado na recuperação das intenções autorais.

Sendo assim, Skinner inicia seu argumento abordando o *significado1* que, nas suas palavras, equivale a pergunta sobre o que as palavras ou sentenças específicas significam utilizadas no texto significam. Trata-se de uma analogia inequívoca com o ato locucionário e, portanto, se refere a um estudo semântico do texto. Prosseguindo, o *significado2* remete à questão do significado que um texto possui para o leitor, num paralelo com a noção do ato perlocucionário, que reflete sobre os efeitos dos atos comunicativos sobre uma determinada audiência. Por fim, e mais importante, o autor aborda o *significado3*, referente à pergunta do que o autor pretendeu significar com o que ele disse no texto. Finalizando a analogia com o sistema conceitual austiniano, esta última noção diz respeito ao ato ilocucionário que indaga sobre a intenção do autor ao escrever o texto (SKINNER, 1972, p. 396-397).

Discutindo um a um os artigos publicados no dossiê da revista, Skinner demonstra que as diferentes concepções dos autores sobre o processo interpretativo nem sempre se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

apegam à mesma noção de significado. Não obstante, se é possível dizer que existe algum consenso parcial nestes trabalhos, seria certamente a convicção de que não cabe à crítica textual se atentar aos motivos e intenções autorais. Os argumentos para esta reafirmação da falácia intencionalista são diversos, e Skinner trata de sistematizá-los a fim de expor o seu contraponto. De forma resumida, os argumentos variam desde a afirmação de que o texto em si constitui uma entidade semântica fechada e completa - de forma que o recurso a informações externas ao texto representa nada mais que uma incapacidade, por parte do crítico, em extrair o significado de forma exitosa – até a crença de que as intenções autorais são de impossível ou indesejável recuperação, seja pelo fato de que estão “fora do texto em si” ou porque criam um padrão inadequado para julgar os méritos do trabalho do autor (SKINNER, 1972, p. 397-398).

Quanto à alegação da impossibilidade de recuperar as intenções de um autor, Skinner simplesmente a rejeita. “Afirmo isso como óbvio, e não tentarei comprová-lo” (SKINNER, 1972, p. 400, tradução minha). No entanto, a ideia de que as intenções ocupam um lugar “fora do texto” não lhe parece de todo equivocada, e aí a distinção entre motivos e intenções se faz, novamente, relevante. Skinner concede que os motivos do autor – da forma como exemplificamos anteriormente considerando a obra de Maquiavel – de fato não são elementos constitutivos do texto e, assim, podem ser considerados irrelevantes para um entendimento do *significado*³ de um texto (SKINNER, 1972, p. 401). Todavia, o mesmo não pode ser dito em relação às intenções. Segundo o autor:

Falar dos motivos de um escritor parece ser invariavelmente falar de uma condição antecedente e contingentemente ligada ao aparecimento de suas obras. Mas falar das intenções de um escritor pode ser tanto para referir-se a seu plano ou projeto para criar um certo tipo de obra (sua intenção de fazer x) ou para referir-se e descrever uma obra real de uma certa maneira (como incorporando uma intenção particular em x-endo). No primeiro tipo de caso, parecemos (como ao falar de motivos) estar aludindo a uma condição contingente e antecedente ao surgimento da obra. No segundo tipo de caso, entretanto, parecemos estar aludindo a um aspecto da própria obra, e estar caracterizando-a, em termos de sua encarnação de um objetivo ou intenção particular, e, portanto, em termos de ter um sentido particular (SKINNER, 1972, p. 401, tradução minha).¹⁴

¹⁴ No original: “To speak of a writer's motives seems invariably to be to speak of a condition antecedent to, and contingently connected with, the appearance of his works. But to speak of a writer's intentions may be either to refer to his plan or design to create a certain type of work (his intention to do x) or to refer to and describe an actual work in a certain way (as embodying a particular intention in x-ing). In the former type of case we seem (as in talking about motives) to be alluding to a contingent antecedent condition of the appearance of the work. In the latter type of case, however, we seem to be alluding to a

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Por conseguinte, as intenções que equivalem ao *significado* de uma obra representam uma característica constitutiva do texto e não um elemento extrínseco. Cabe ressaltar que, apesar da importância relegada por Skinner ao *significado*, não se trata aqui de afirmar uma relação hierárquica entre as três dimensões do significado abordadas no texto. Ao contrário, como afirma o autor, trata-se apenas de resgatar o debate em torno das intenções como um procedimento relevante, entre outros, para uma compreensão mais completa de uma determinada obra (SKINNER, 1972, p. 405).

Feita essa reflexão, o artigo de 1972 finaliza com uma consideração sobre a possibilidade de estabelecer regras gerais sobre como realizar um estudo das intenções autorais. Basicamente, Skinner estabelece duas regras que, não obstante, reforçam argumentos lançados desde os artigos inaugurais da década de 1960. Em primeiro lugar, afirma que o pesquisador deve se atentar não apenas ao texto, mas às convenções que orientam os temas e os problemas com os quais o texto se ocupa. A ideia desta primeira regra é estabelecer que o escritor está sempre limitado à gama de intenções que ele poderia esperar ser capaz de comunicar e, portanto, “por qualquer estoque de conceitos, e quaisquer critérios para aplica-los, que estavam geralmente disponíveis” (SKINNER, 1972, p. 406, tradução minha).

A segunda regra, por fim, sugere o foco do pesquisador no universo mental do escritor em questão, isto é, em seu “mundo de crenças empíricas”. A regra é ilustrada por Skinner com um exemplo que concerne a obra de C. B. Macpherson, na qual o autor afirma ser a intenção de John Locke, em seus *Dois Tratados sobre o Governo*, “defender a racionalidade da acumulação ilimitada de capital” (SKINNER, 1972, p. 407, tradução minha). A afirmação implica alguns pressupostos acerca do universo mental de Locke: que a sociedade em que o pensador vivia estava “devotada a uma acumulação ilimitada de capital”, que esta era uma atividade cuja justificativa ideológica se fazia necessária e que Locke considerava a realização desta tarefa como adequada para o seu próprio trabalho. Sendo assim, uma análise da intenção de Locke deve passar, invariavelmente, por uma avaliação acerca da plausibilidade destes pressupostos.

feature of the work itself, and to be characterizing it, in terms of its embodiment of a particular aim or intention, and thus in terms of its having a particular point.”

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Nesses termos, Skinner conclui uma série de publicações metodológicas, iniciadas em 1970 com o artigo “Conventions and the understanding of speech acts”, que tinham o objetivo de desenvolver a teoria dos atos de fala num diálogo direto com diferentes campos da historiografia. Ao longo destas publicações, diversas foram as vezes em que Skinner buscou repetir e reafirmar convicções de ordem intelectual que, a seu ver, continuavam a ser ignoradas ou mal refutadas pela bibliografia recente, de tal forma que, da metade da década em diante, não parecia haver nada de novo a ser afirmado, ao menos no plano teórico.

Em “Hermeneutics and the role of history” (1975), seu último texto metodológico da década de 1970, Skinner tratou de sintetizar suas ideias numa reflexão mais ampla sobre a hermenêutica e o papel da história no processo interpretativo. Nesta oportunidade, o autor sustentou que o estudo do contexto linguístico deve enriquecer, em diferentes medidas, a análise tanto dos textos que denominou *autônomos* – textos que derivam o seu significado em grande medida de questões internas à sua estrutura semântica –, quanto dos textos considerados *heterônomos* – textos que requerem de forma imprescindível uma compreensão sobre as convenções sociais e linguísticas da época em que foi publicado. A divisão, bastante maleável, entre textos autônomos e heterônomos visava apenas a construção de dois tipos ideais, podendo-se dizer que nenhum texto é completamente autônomo, no sentido de que possui seu significado completamente apartado do contexto, assim como nenhuma análise do texto pode abrir mão de certas noções contextuais básicas, correndo o risco de incorrer em absurdos históricos (SKINNER, 1975, p. 222-224).

Parece plausível afirmar, como faz Skinner, que exista uma diferença notável entre textos que se apoiam no contexto de convenções sociais e linguísticas apenas de uma forma pontual e contingente, em comparação com textos que revelam uma intenção primordial de interferir e manipular essas convenções. Mesmo que a perspectiva contextualista seja proveitosa em ambos os casos, Skinner concede que as vantagens adquiridas pelo contextualismo em textos relativamente autônomos são de “um caráter muito mais marginal do que no caso de uma obra fortemente heterônoma” (SKINNER, 1975, p. 225, tradução minha). De qualquer forma, o argumento de Skinner ao considerar a divisão entre textos autônomos e heterônomos funcionou no sentido de afirmar que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

qualquer teoria que pretendesse uma ortodoxia para um dos lados da divisão estaria fundada em um equívoco. Ao mesmo tempo em que nenhum texto pode ter o seu significado exaurido por meio da leitura exclusiva do texto em si, nenhuma análise contextualista pode oferecer uma compreensão adequada sem uma interpretação particular do texto. É sempre necessário, como no caso da interpretação de textos literários, operar numa mediação entre a crítica literária e a história da literatura (SKINNER, 1975, p. 227-228).

Em suma, o conjunto dos textos metodológicos de Skinner no período desta década, que compreende os anos entre meados da década de 1960 e da década de 1970, demonstrou o forte interesse do autor em construir uma abordagem que considerasse apropriada para a utilização no seu campo de maior interesse na historiografia, a história do pensamento político. No primeiro momento do debate, a principal reivindicação teórica do autor girava em torno na ênfase dada ao estudo do contexto, todavia com uma diferenciação conceitual básica: o contexto social e o contexto linguístico. Com isso, significava dizer que não bastava apenas superar o textualismo, mas que era preciso evitar o erro oposto, o de cair num contextualismo limitado. Divulgada esta reivindicação um tanto mais elementar, Skinner deslocou seus esforços para reflexões teóricas mais pontuais, encaminhando-se para o segundo momento do debate, focado na expansão da teoria dos atos de fala. Tendo Austin como referência central de seu pensamento, Skinner se empenhou em propor algumas mudanças na teoria, tanto no sentido de redefinir o conceito de força ilocucionária quanto no de estabelecer o seu lugar na pesquisa historiográfica.

As ideias de Skinner receberam uma difusão notável no meio acadêmico, estimulando a admiração por parte de entusiastas da metodologia de Cambridge, bem como uma bibliografia copiosa de textos críticos que buscavam apontar, ou mesmo denunciar, problemas e fraquezas em sua metodologia. A publicação, em 1988, da coletânea *Meaning and Context: Quentin Skinner and his critics*, marca um momento em que em que as críticas ao método de Skinner se expandiam para todos os lados do debate. O próprio autor, em sua primeira resposta formal aos críticos, revelou seu estado de perplexidade em face de uma série de denúncias, muitas vezes contraditórias, contra o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

seu projeto intelectual, revelando uma variedade espantosa de formas pelas quais as suas ideias foram recebidas pela comunidade acadêmica (SKINNER, 1988, p. 232).

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, C. Apresentação: um “giro linguístico” na história das idéias políticas. In: **Linguagens do Ideário Político**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2013. p. 9–21.

BEVIR, M. The errors of linguistic contextualism. **History and Theory**, v. 31, n. 3, p. 276–298, 1992.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução: André Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOUCHER, D. **Texts in context: revisionist methods for studying the history of ideas**. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1985.

FERES JÚNIOR, J. De Cambridge para o mundo, historicamente: revendo a contribuição metodológica de Quentin Skinner. **Dados**, v. 48, n. 3, p. 655–680, 2005.

GRICE, H. P. Meaning. **The Philosophical Review**, v. 66, n. 3, p. 377–388, 1957.

JAMES, S. J.G.A. Pocock and the idea of the “Cambridge School” in the history of political thought. **History of European Ideas**, v. 45, n. 1, p. 83–98, 2019.

KING, P. Historical contextualism: the new historicism? **History of European Ideas**, v. 21, n. 2, p. 209–233, 1995.

LAMB, R. Quentin Skinner’s revised historical contextualism: a critique. **History of the Human Sciences**, v. 22, n. 3, p. 51–73, 2009.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do Ideário Político**. Tradução: Fábio Fernandez. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2013.

POCOCK, J. G. A. A response to Samuel James’s ‘J. G. A. Pocock and the Idea of the “Cambridge School” in the History of Political Thought’. **History of European Ideas**, v. 45, n. 1, p. 99–103, 2019.

RICHTER, M. Reconstructing the history of political languages: Pocock, Skinner, and the Geschichtliche Grundbegriffe. **History and Theory**, v. 29, n. 1, p. 38–70, 1990.

SILVA, R. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, v. 53, n. 2, p. 299–335, 2010.

SKINNER, Q. The Limits of Historical Explanations. **Philosophy**, v. 41, n. 157, p. 199–

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História
Rio de Janeiro/RJ, 2021**

215, 1966.

SKINNER, Q. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, v. 8, n. 1, p. 3–53, 1969.

SKINNER, Q. Conventions and the understanding of speech acts. **The Philosophical Quarterly**, v. 20, n. 79, p. 118–138, 1970.

SKINNER, Q. On performing and explaining linguistic actions. **The Philosophical Quarterly**, v. 21, n. 82, p. 1–21, 1971.

SKINNER, Q. Motives, intentions and the interpretation of texts. **New Literary History**, v. 3, n. 2, p. 393–408, 1972.

SKINNER, Q. “Social meaning” and the explanation of social action. In: GARDINER, P. (Ed.). . **The Philosophy of History**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 1974. p. 106–126.

SKINNER, Q. Hermeneutics and the role of history. **New Literary History**, v. 7, n. 1, p. 209–232, 1975.

SKINNER, Q. A reply to my critics. In: TULLY, J. (Ed.). . **Meaning and context: Quentin Skinner and his critics**. Princeton: Princeton University Press, 1988. p. 79–96.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. Tradução: Renato Janine Ribeiro; Tradução: Laura Teixeira Motta. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STRAWSON, P. Intention and conventions in speech acts. **The Philosophical Review**, v. 73, n. 4, p. 439–460, 1964.

TARLTON, C. D. Historicity, meaning, and revisionism in the study of political thought. **History and Theory**, v. 12, n. 3, p. 307–328, 1973.